



**ESTADO E DEMOCRACIA NAS MEMÓRIAS DE JURACY MAGALHÃES (1930-
1964)**

Carlos Nássaro Araújo da Paixão¹
José Alves Dias²

INTRODUÇÃO

Esta proposta de comunicação pretende abordar a concepção de democracia nas memórias construídas por Juracy Magalhães, acerca do período que se estende de 1930 a 1964, marcado por rupturas político-institucionais no Brasil. A defesa da democracia é temática frequente nas memórias desse político e militar que, durante o curso de sua vida pública, definiu-se como um democrata. Ao analisar os livros de memória intitulados *Minha Vida Publica na Bahia* (1957) e *Minhas Memórias Provisórias* (1982), pretende-se explicitar a concepção de democracia construída por Juracy Magalhães em suas narrativas e confrontá-la com suas decisões e escolhas diante fatos históricos, no período supracitado.

Convém destacar que, ao longo de sua carreira, exerceu funções como militar de carreira (chegando inclusive ao generalato), interventor, governador, deputado, senador, presidente de estatal, diplomata e ministro e teceu uma extensa rede de relações. Este circuito contou com a presença de coronéis e chefes locais do interior da Bahia, políticos liberais dissidentes da ordem anterior a 1930, elementos da burguesia comercial-exportadora e daquela associada ao capital internacional e líderes liberais e conservadores que se mantinham nas oposições dos chamados governos populistas pós 1945.

O período coberto pelas memórias que serão aqui analisadas se inicia em 1930, sobreveio a queda da República Oligárquica, denominada de revolução de 1930, oriunda de uma crise sistêmica do capitalismo internacional que abalou significativamente a base material da burguesia cafeicultora e das transformações que tomaram lugar na sociedade brasileira ao longo da década de 1920. Adiante, entre 1930 e 1937, estabeleceu-se o “Estado

1 Mestre em História Regional e Local pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Campus V Santo Antonio de Jesus. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da UESB. Endereço eletrônico: carlos.hyst@gmail.com

2 Doutor em História Social pela UFRJ. Atualmente é Professor Titular no Departamento de História e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Endereço eletrônico: jdiashistory@gmail.com



de compromisso”, uma vez que nenhuma fração da classe dominante conseguiu estabelecer um domínio completo do aparelho de Estado e este apresentou uma autonomia relativa frente às classes em disputa. Somou-se a isso a emergência de uma maior participação de grupos populares, anteriormente excluídos da arena política.

A partir de 1937, com o Estado Novo, há um fortalecimento do poder executivo, com intensa propaganda oficial e perseguição aos adversários políticos, visando à construção de uma imagem positiva do regime. No entanto, as oposições, formadas pelas oligarquias alijadas em 1930, em aliança com aqueles que romperam com o bloco no poder, fortaleceram suas atividades conspiratórias, a partir do início da década de 1940. Contando com o auxílio de militares, que outrora foram sustentáculos da ditadura, derrubaram Vargas e reestabeleceram a democracia liberal em 1945.

Entre 1945 e 1964, viveu-se, no Brasil, a democracia formal regida política e institucionalmente por uma Constituição, com eleições periódicas, partidos políticos, com a exceção do PCB (o que já demonstra um limite no entendimento do que era a democracia) e relativa liberdade de imprensa. Não obstante, foram várias as tentativas de se romper com a ordem democrática, tais como, as conspirações contra Vargas, em 1954; as tentativas de deposição de Juscelino Kubistchek, em 1955, 1956 e 1959; o arremedo parlamentarista para enfraquecer João Goulart, em 1961 e a efetivação do golpe, em 1964.

METODOLOGIA

Para a consecução da pesquisa, em princípio, foram delimitados os livros de memória de Juracy Magalhães arrolados acima tendo em vista que descrevem e explicam os governos e os sistemas dos quais participou. Em seguida, procedeu-se ao levantamento de outras fontes, tais como, jornais, discursos, relatórios, mensagens e correspondências, no sentido de estabelecer um confronto entre aquilo que foi produzido pelas memórias e o que foi planteado no calor do momento. O cotejamento das memórias com fontes de outra qualidade teve como objetivo o entendimento das diferentes temporalidades, neste caso, da diacronia pretendida e já citada no início deste resumo. As fontes produzidas em tempos distintos, inseridos em conjunturas diversas e fruto de relações de poder outras, permitem compreender as transformações, avanços e recuos das concepções sobre a democracia, posto que esta não é essencial e unívoca, mas que se transforma no devir histórico. Neste caso, a análise das relações sociais e a conjuntura vivenciada pelo



personagem foi fundamental para a problematização do estudo.

O arcabouço teórico-metodológico consistiu em reflexões sobre memória coletiva e quadros sociais da memória de Maurice Halbwachs (2004; 2006), bem como, o de memória enquadrada, de Michael Pollack (1989;1992). Ainda sobre os estudos da memória destacam-se aqui os trabalhos do italiano Enzo Traverso (2012; 2012), que aborda as memórias e o passado enquanto campos de batalha e sua utilização para fins políticos. Neste plano, coloca-se também a abordagem de Manuel Loff (2014) que estabelece uma relação entre memória, história e o seu uso político.

A referência de democracia encontrada nas memórias de Juracy Magalhães é claramente liberal e, no caso do Estado Novo, contrapunha-se à ditadura uma vez que os tais princípios estiveram ameaçados. Aplica-se na pesquisa o conceito de democracia liberal-burguesa para caracterizar o sistema político e econômico no período histórico alcançado pelas memórias selecionadas para esse estudo. No entanto, por se tratar de um longo período e com alterações importantes na correlação de forças que disputou o poder, a aplicação do conceito é compreendida como um processo suscetível às transformações implicadas no devir histórico, segundo a perspectiva defendida por Charles Tilly (2010).

Democracia e liberalismo são conceitos que compreendem o universo de memórias juracisista e, nesse sentido, o percurso histórico que o autor constrói entre estes dois conceitos permite compreender, de certa maneira, a postura daqueles que, no Brasil, se definiam enquanto liberais. Para uma percepção do que seja democracia liberal, o filósofo e historiador Norberto Bobbio (2000) descreve acerca das relações históricas, das aproximações e afastamentos entre o liberalismo e a democracia.

Nas memórias juracisista são vários são os elementos ou grupos que surgem como ancoragem para o seu processo de rememoração e, grosso modo, destaca-se a situação de pertencimento à categoria social dos militares conforme Saes (1984) e a sua participação no aparelho militar do Estado. Trata-se de uma identificação ideológica com os tenentes da década de 1920 e com a Aliança Liberal, da intitulada “Revolução de 1930”. Por isso, é bastante perceptível nos livros de memórias e em outros documentos como jornais, correspondências, relatórios e mensagens que a defesa da democracia burguesa nas memórias de Juracy Magalhães é marcada por vazios propositais e inversões da realidade que se caracterizam como constructos ideológicos tais como enunciados em Marx e Engels, (2007) e Chauí (2014).

RESULTADOS/CONCLUSÃO



Para uma melhor compreensão da concepção de democracia nas memórias aqui relacionadas é preciso situar o tempo vivido por Juracy Magalhães e as redes de sociabilidades que informavam a sua percepção do mundo, ou seja, inserindo-o em determinadas instituições, classes sociais e agrupamentos políticos. Neste caso, deve-se destacar a sua condição de militar, formado em uma instituição marcada pelo tenentismo, cuja perspectiva de democracia estava marcada pelo autoritarismo, elitismo e vanguardismo que caracterizava o grupo.

Após a sua participação no movimento de 1930 e inserção no aparelho de Estado Juracy Magalhães buscou relativizar o liberalismo do regime democrático, defendendo a suspensão da Constituição até 1933 e, logo em seguida, fundou um partido político para disputar as eleições considerando a necessidade de retorno ao jogo democrático. Na polarização que se assistiu entre aliancistas e integralistas, ele defendeu os ideais da democracia liberal burguesa, contra o que ele chamava de extremismos alienígenas.

A partir de 1937, filiou-se, então, àquele grupo formado por liberais, militares e opositores, em geral, que organizou as conspirações e o golpe que destituiu Vargas e seu regime ditatorial, em 1945, corporificados em sua narrativa, pela fundação da UDN. Contudo, como udenista e aliado a grupos no interior das forças armadas, buscou a ruptura institucional a partir de conspirações, tentativas de golpe e golpe, no sentido de ascender ao poder no aparelho de Estado, culminando com o golpe civil-militar que instalou a ditadura em 1964 (BENEVIDES, 1981).

A sua adesão e participação direta na montagem da estrutura institucional do regime instalado em 1964, que em sua justificativa foi perpetrado pela necessidade de defesa do regime democrático, demonstra o caráter ambíguo e ideológico na permeabilidade das convicções liberais de Juracy Magalhães.

Carlos Nelson Coutinho (1979) fez um diagnóstico sobre a debilidade da democracia, mesmo a liberal-burguesa, no Brasil. Entre as respostas sugeridas, ele destacou que a grande fragilidade histórica dos regimes democráticos no país é um resultado direto da “via prussiana” escolhida pelas classes dominantes para estabelecer a modernização capitalista. No final das contas, apontando para os limites de um regime democrático burguês, o pensador marxista considera que a democracia deve ser buscada e defendida, posto ser compreendida como um valor universal. Enfim, é impossível separar as concepções, pensamentos e memórias juracisistas nesta trajetória.



Palavras-chave: Democracia. Memória. Ditaduras. Juracy Magalhães.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o Udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

CHAUÍ, Marilena. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro**. Org. André Rocha. Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014. (Escritos de Marilena Chauí, 2).

COUTINHO, Carlos Nelson. A Democracia como Valor Universal. In: Silveira, Enio; et all (org). **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

_____. **Los Marcos Sociales de la memoria. Postfacio de Gérard Namer**. Rubí (Barcelona): Anthropos Editorial; Concepcion: Universidade de la Concepcion; Caracas: Universidade Central de Venezuelas. 2004.

LOFF, Manuel. Estado, Democracia e Memória: políticas públicas da memória da ditadura portuguesa (1974-2014). In: LOFF, Manuel; PIEDADE, Filipe; SOUTELO, Luciana Castro. **Ditaduras e Revolução: democracia e políticas de memória**. Coimbra: Edições Almedina, 2014.

MAGALHÃES, Juracy. **Minha Vida Pública na Bahia**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1957.

_____. **Minhas Memórias Provisórias: depoimento prestado ao CPDOC**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1982.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**, vol. 2, nº 3. Rio de Janeiro: FGV, 1989. pp. 3-15.



_____. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**, vol. 5, nº 10. Rio de Janeiro: FGV, 1992. pp. 200-212.

SAES, Décio. **Classe Média e Sistema Político no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

TRAVERSO, Enzo. **O Passado, Modos de Usar**: história, memória e política. Lisboa: Edições Unipop, 2012.

_____. **La Historia como Campo de Batalha**: interpretar las violencias del siglo XX. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012.

TILLY, Charles. **Democracia**. Madrid: Akal, 2010.